

Enap

**Escola
Nacional de
Administração
Pública**

Centro de GeoDados do Turismo na Região Metropolitana de Aracaju

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública com ênfase em Governo Local.

Aluno: Alisson Meneses de Sá

Orientadora: Prof^ª. MSc. Laila Bellix

Centro de GeoDados do Turismo na Região Metropolitana de Aracaju

Autor: Alisson Meneses de Sá

Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Palavras chave: Turismo; GeoDados; Georreferenciamento, Planejamento, Região Metropolitana

Na busca para modernizar a gestão pública quanto ao planejamento das políticas necessária para maior eficiência do poder municipal da Região Metropolitana, implantação do Centro de GeoDados do Turismo na Região Metropolitana de Aracaju busca atrelar a administração pública o processo informatizado digno atual.

Dentre os principais benefícios da implantação do Centro de GeoDados evidencia-se: o planejamento (como a principal função que norteia o projeto), a coleta de dados, o aperfeiçoamento de informações e a disponibilização em plataforma virtuais (sendo este último de grande importância como dispositivo para atração de turistas que terá a seu alcance de forma georreferenciada todos os polos turísticos que compete a Região Metropolitana de Aracaju).

A implantação do Centro de GeoDados, como um projeto piloto no município de São Cristóvão, visa analisar os entraves da administração municipal na política de informações georreferenciadas bem como observar os ganhos no planejamento das políticas públicas do município. Outro destaque para o piloto está no que concerne o crescimento turístico dentro do município fazendo circular a economia na esfera do turismo.

Após a conclusão do projeto piloto, o Centro de GeoDados do Turismo se estende de maneira mais fluída para as cidades que compõe a Região Metropolitana de Aracaju.

SUMÁRIO

1. DIAGNÓSTICO	4
1.1. Definição do problema	4
1.2. Contexto/justificativa do problema	4
1.3. Metodologia de coleta de dados	6
1.4. Localização do Plano de Intervenção	6
1.5. Público-Alvo	9
1.6. Valor previsto para o projeto	9
1.7. Duração do projeto	10
1.8. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora	10
2. OBJETIVOS.....	10
3. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO	11
4. ESCOPO DO PROJETO	22
4.1. Estrutura Analítica do projeto	22
4.1.1. Divisão de responsabilidades	22
4.1.2. Previsão de entrega	23
4.2. Não escopo do projeto	24
4.3. Levantamento de restrições, premissas e riscos	25
4.4. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos no projeto	26
5. CRONOGRAMA DO PROJETO	27
6. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO	27
Considerações finais	28
Referências bibliográficas	30

1. DIAGNÓSTICO

1.1 – Definição do Problema

A Região Metropolitana de Aracaju (RMA), por compor a margem litorânea do estado de Sergipe, se constitui de uma área com extenso potencial histórico, cultural e turístico, porém com estrutura pouco aproveitável. As cidades da Região Metropolitana no setor turístico não exercem papel de protagonismo como percebe-se em algumas capitais do Nordeste, que potencializam dentro da gestão administrativa a disseminação do turismo com fatores de fomento à economia regional. Em decorrência desse contexto, a RMA não dispõe de um sistema de informação que possa estruturar a implementação de um plano integrado na área do turismo, instigando o interesse tanto de investidores mercadológico quanto dos próprios turistas.

A porta de entrada de interesse turístico dentro do estado de Sergipe acontece na capital Aracaju, através de agências receptoras, o que de forma interligada alimenta as bases culturais, históricas e turísticas distribuída por todo estado, bases estas um tanto quanto precárias pela falta de estrutura, como por exemplos: hotéis, restaurantes, agências receptoras e atrativos culturais fixos, exclusivamente nas cidades que compõe a Região Metropolitana. Não existe um desenho espacial das áreas de cultura nem ao menos a identificação do perfil desse turista por parte dos municípios, comprovação feita através de pesquisa aprofundada, nas plataformas virtuais do turismo do estado de Sergipe. Isso está expresso, por exemplo, na ausência de instrumentos e ferramentas para viabilizar um planejamento mais técnico e apropriado com base na realidade, ou seja, com um número maior de informações para congregar no planejamento qualitativo e quantitativo dos serviços prestados nesse setor.

1.2 - Justificativa

É imprescindível fomentar desenvolvimento harmonioso e coordenado do turismo, pois, se não houver equilíbrio com o meio ambiente e com os atrativos que estimulam a inserção da localidade no roteiro turístico, a atividade turística comprometerá sua própria sobrevivência. Por outro lado, observa-se que a governança na área da cultura e do turismo carece de desenvolvimento e da utilização de novos instrumentos e ferramentas

que possam viabilizar um planejamento mais requintado, ou seja, com um número maior de informações territoriais.

O Centro de GeoDados do Turismo na Região Metropolitana de Aracaju se constitui como parte integrante do Plano de Desenvolvimento Urbano e Integrado (PDUI), em conformidade com Estatuto da Metr pole, por ser um instrumento que serve ao planejamento de políticas públicas municipais, servindo como quando aplicados   gestão metropolitana. Esta estrutura tem como intuito integrar um acervo de dados inestimável às atividades de planejamento, como por exemplo, georreferenciar os pontos turísticos e disponibilizar em plataformas virtuais, disponível ao público externo e ao mercado do turismo, sobretudo no que concerne o planejamento urbano que, beneficiando-se da possibilidade de superposi o das informa es e gera o de mapas temáticos, terá melhores condi es para formula o da política de desenvolvimento e expansão nas áreas de do turismo, esse mecanismo será também eficaz no controle sobre o seu processo de crescimento que congregam os município da RM de Aracaju: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Sra. do Socorro e São Cristóvão, fazendo um recorte no perfil turístico.

A missão do Centro de GeoDados na RM de Aracaju deverá:

- a) Integrar diferentes bancos de dados e, ao mesmo tempo, compatibilizá-los com a cartografia digital para atender as demandas e as necessidades no segmento turístico;
- b) Fornecer ou compartilhar, por meio digital, conjuntos de informa es utilizando a cartografia básica, informa es georreferenciadas, informa es das áreas de preserva o cultural;
- c) Traçar paralelos entre os dados históricos atuais para traçar análises do comportamento político, do g nero, da educa o, das condi es urbanas, da renda e empregabilidade, do mercado de trabalho, das indústrias, da migra o, da arte e da raça.
- d) Georreferenciar os polos turísticos através de plataformas virtuais como instrumento de visibilidade das potencialidades regional no segmento turístico, tanto para o mercado do turismo como para o público particular.

A escassez de toda sorte de recursos e complexidade urbana torna fundamental uma adequa o sistemática quanto ao conhecimento da realidade sobre a qual se pretende

atuar. Proporcionar também uma segura avaliação das alternativas disponíveis, otimizando a ação do governo.

É importante salientar que, apesar de ser uma ferramenta fundamentalmente voltada para análise, o Centro de GeoDados auxiliará na gestão de serviços, através da montagem de aplicativos específicos. Além disto, a agilização no enfrentamento das tarefas, pela rapidez na manipulação e no tratamento de dados para a tomada de decisões, possibilitará um grande avanço em direção à democratização das informações para o cidadão.

1.3 – Metodologia de Coleta de Dados

O modelo metodológico visa atingir objetivos específicos de uma pesquisa. Definido um projeto, a aprendizagem consiste em numa sequência de esforços sistematizados objetivando a descoberta e análise do que precisa ser modificado com base na análise do que já ocorreu. Em seguida, tomar as ações corretivas e armazenar conhecimentos.

O Plano de Intervenção tem como base de estudo metodológica a análise primária da Caracterização da Demanda Turística de Sergipe lançada em 11 de outubro 2018 que caracteriza a demanda turística do estado levantado através do projeto – Elaboração de Estudos de Mercado e Estratégias de Produtos e Circuitos Histórico-Culturais e Ecoturísticos nos Polos Costa dos Coqueiros e Velha Chico, executado pelo PRODETUR Sergipe, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), onde não se vislumbra um levantamento mais rebuscado da interligação pertinente a Região Metropolitana de Aracaju.

Para este projeto de intervenção foi feita uma análise do sistema de georreferenciamento existente e implantado em outras regiões metropolitanas, análise de requisitos, planejamento de testes e da implantação do projeto piloto no município de São Cristóvão.

1.4 – Localização do Plano de Intervenção

O Projeto de Intervenção do Centro GeoDados do Turismo atuará na Região Metropolitana de Aracaju, que por sua vez compõe o Polo Costa dos Coqueiros, formado por municípios localizados na parte litorânea do Baixo São Francisco, no Leste

Sergipano, na Grande Aracaju e no Sul Sergipano. A RMA é constituída por Aracaju: Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Já a Grande Aracaju é formada além dos municípios da Região Metropolitana, por Itaporanga e Laranjeiras. O mapa abaixo relaciona os principais polos turísticos do Estado de Sergipe (Velho Chico, Serras Sergipanas, Tabuleiros, Costa dos Coqueiros e Sertão das Águas).



Figura 1 – Mapa dos polos turísticos de Sergipe. Disponível em <http://turismo-santaluziadoitany.blogspot.com>. Acessado em 26/10/2018.

Costa dos Coqueirais

Instância de Governança: Conselho de Turismo do Pólo Costa dos Coqueirais
Coordenador: Secretaria de Estado do Turismo
Secretaria Executiva: BNB - Banco do Nordeste do Brasil
Sede: Aracaju



Figura 2 – Mapa da Grande Aracaju. Disponível em <http://turismo-santaluziadoitanhy.blogspot.com>. Acessado em 26/10/2018.

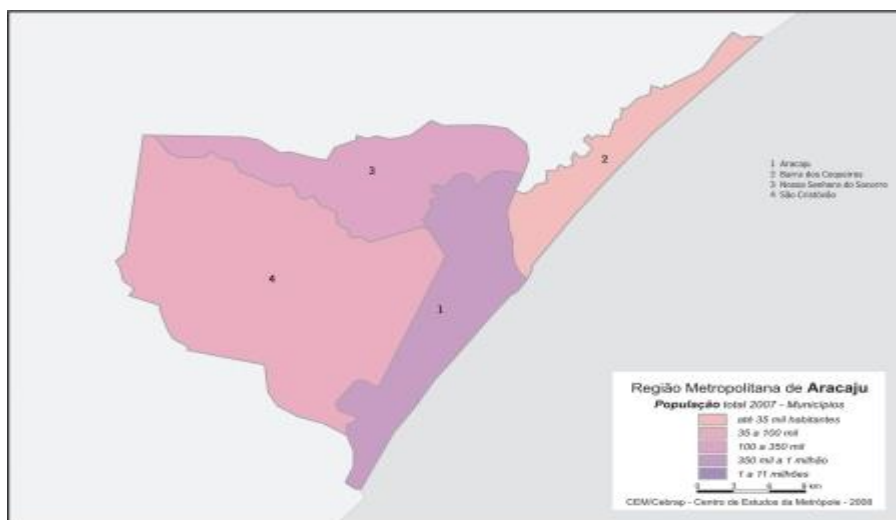


Figura 3 – Mapa da Região Metropolitana de Aracaju. Disponível em <http://turismo-santaluziadoitanhy.blogspot.com>. Acessado em 26/10/2018.

1.5 – Público-Alvo

O conteúdo do Centro de GeoDados deverá ser dimensionado de modo a atender às necessidades básicas da RM relativas às atividades de planejamento e tomada de decisões no segmento turístico. Tal conteúdo, organizado a partir de um cadastro técnico dos atrativos turísticos como museus, praias, rios navegáveis, atividades de esportes ecoturísticos, dessa forma reunirá informações de interesse geral tanto para os usuários internos quanto para os usuários externos da demanda turística. De certa forma, o centro gerará uma cadeia de benefícios, começando pelos benefícios no aperfeiçoamento de políticas públicas com foco no turismo, seguindo conseqüentemente para as tomadas de decisões dos investidores do mercado turístico e para o planejamento individual dos turistas que independem de agências receptoras.

Enfatiza-se à inclusão dos Municípios como interlocutor ativo no processo turístico tendo em vista a sua premissa de pertencentes ao Polo dos Coqueiros, assim estariam criadas as condições para compatibilização dos diversos interesses, sejam nos mercadológicos, no sentido de atrativos comerciais para fomento do turismo, quanto o atendimento às expectativas locais e no desenvolvimento regional.

1.6 – Valor Previsto para o Projeto

O Projeto tem um valor previsto para execução do Centro de GeoDados da Região Metropolitana de Aracaju orçado em 200.000,00, tendo em vista que o Plano terá uma duração de 2 anos. Leva-se em consideração que os municípios e a câmara metropolitana disponibilizam de pessoal para operacionalizar o sistema, dessa forma, não tem custo com pessoal. As despesas são com equipamentos de informática, material de limpeza, compra de programas, bases cartográficas e material de escritório. A origem do montante é rateada pelos municípios. No final do período de 2 anos, vigência do projeto para avaliação do Plano, a câmara metropolitana realizará um seminário onde será discutido as ações elaboradas, as suas falhas e as projeções futuras para adentrar noutras áreas da gestão pública. Os custos do seminário também serão rateados entre os municípios, este, do fundo vinculado ao turismo, e da câmara metropolitana através de seu fundo.

1.7 – Duração do Projeto

O Centro de GeoDados propõe de forma inicial adequar-se através do Projeto Piloto no município de São Cristóvão. Porém, a sua estruturação dentro da Região Metropolitana de Aracaju será de 2 anos, com início a partir do dia 02 de janeiro de 2019.

1.8 – Unidade Funcional Gestora e Idealizadora

O tratamento dos dados e a execução do Centro de GeoDados do Turismo será realizado pelos municípios que compõe a Região Metropolitana de Aracaju (Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão). O estado, como membro da gestão metropolitana será o centralizador dos dados já previamente tratado, será o estado sob gerência da Secretaria de Estado de Infraestrutura que definirá se as bases de dados levantadas pelos municípios servirão para a gestão, no tocante ao planejamento e o que deve ser disponibilizado nas plataformas virtuais para o público externo (mercado turístico e público em geral).

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Estruturar um Centro de GeoDados para coletar dados sobre o perfil do turista e a oferta de atividades culturais para formatar uma política integrada de turismo em toda Região Metropolitana.

Objetivos Específicos

- Otimizar a distribuição de recursos públicos com foco na melhoria dos espaços turístico;
- Orientar a elaboração de políticas específicas para cada município;
- Aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores dos Municípios mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão;
- Auxiliar na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, fazendo um link com a plataforma nacional, contribuindo na divulgação do portfólio turístico e consequentemente aumento do fluxo;
- Auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional.

3. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO

A Região Metropolitana de Aracaju, composta pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Sra. do Socorro e São Cristóvão, foi formada em 29 de novembro de 1995, através da Lei Complementar nº 25. O Estatuto da Metrôpole, a base de parâmetro regulador e que norteia as constituições das metrópoles, surge em janeiro de 2015 com a Lei nº 13.089, onde diz que para efeito da lei, deve-se considerar a gestão plena: condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui: c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual (PDUI), sendo, por sua vez, aplicado na Região Metropolitana de Aracaju (RMA) que por hora encontra-se defasada, necessitando de um plano de desenvolvimento que integre de forma dinâmica os quatro municípios metropolitano e agregue contribuições de valor econômico, financeiro e ecológico para a região.

O tema abordado surge de questionamentos sobre a falta de fluxo turístico na cidade de São Cristóvão, justificando através dos levantamentos de lista de frequência nos museus da cidade, para a pouca permanência do turista nesta. São Cristóvão foi fundada em 1590, considerada a quarta cidade mais antiga do Brasil. Ostenta monumentos que remontam à colonização portuguesa e que são tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, graças ao seu rico e belo acervo arquitetônico, cultural e religioso. A praça São Francisco, chancelada em 2010 com o título de Patrimônio da Humanidade pela UNESCO apresenta um agrupamento arquitetônico do século XVII, formado pela Igreja e o Convento de São Francisco, que hoje abriga o Museu de Arte Sacra e o Museu Histórico, antigo Palácio Provincial onde se hospedou Dom Pedro II ao visitar a cidade em 1860. O município possui diversos eventos tradicionais como: Caceteira, Chegança, Samba de Coco, Dança do Langa, Reisado, São Gonçalo e Taieira, além da Romaria de Senhor dos Passos (maior evento religioso do Estado), o Corpus Christi (com ornamentação dos tapetes pelas ruas da cidade), Procissão do Fogaréu e a Festa de Cristo Rei, que tem seu ápice na Colina do São Gonçalo aos pés do Cristo Redentor, classificado como um dos principais pontos turísticos do município. Construído entre os anos de 1924 e 1926, o Cristo Re do Brasil, dentor, 1º tem 16 m de altura, e por estar situado no alto de

uma colina serve como mirante natural de onde é possível vislumbrar a paisagem da cidade.

A partir dessa análise sobre a cidade de São Cristóvão verificou-se a necessidade de desmonopolizar a capital Aracaju e fazer com que as cidades do seu entorno possam desfrutar das políticas públicas do turismo nos moldes do georeferenciamento, como cita Beni (2003):

A política do turismo é, a espinha dorsal do “formular” (planejamento), “pensar” (plano), do “fazer” (projetos e programas), do “executar” (preservação), conservação, utilização e ressignificação dos patrimônios natural e cultural e sua sustentabilidade), do “reprogramar” (estratégia) e do “fomentar” (investimentos e vendas) do desenvolvimento turístico do país ou de uma região e seus produtos finais. (BENI, 2003. P 15).

Dessa maneira a percepção do autor evidencia a importância do desenvolvimento de política pública mais eficaz, dinâmica, atua e, que promova o fomento de atividades turísticas mais amplas através de diretrizes políticas e operacionais mais integradas. A posição de São Cristóvão muito próxima a capital, Aracaju, enseja uma estratégia de estímulo a uma integração com a capital que vai além, do turismo de longa distância, no sentido também de um “turismo pendular” com a Aracaju, com perspectivas de atrativos noturnos e turismo ecológico.

A relevância da gestão pública para o planejamento na área do turismo de uma Região Metropolitana (onde as ações do governo impactam de forma direta e indireta nos aspectos influenciadores do turismo) junto com a atuação da iniciativa privada que também fomenta as atividades turísticas no Estado de Sergipe onde os esforços do governo para desenvolver o turismo estão direcionados a Aracaju, capital do Estado e porta de entrada do fluxo turístico, onde observa-se um direcionamento das ações desenvolvidas ao longo do tempo favorecendo de certa forma a capital. Dessa maneira, isso não significa que o planejamento turístico seja efetivo no seu destino, o que motivou na escolha do assunto como forma de adequar as demais cidades que compõe a RM de Aracaju junto ao cenário nacional. Vale salientar que a concepção do turismo considera que muitos dos dados e informações vão além do espaço que projeto pretende alcançar. Se trata, portanto, de construir uma rede mais aberta e capilar de dados e informações, indo onde quer que algum dado relevante exista ou possa ser melhor produzido como a economia, finanças, meio ambiente, etc

O turismo é uma atividade coletiva que requer a interação e o reconhecimento de todos os agentes e recursos (naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos, inclusive dos prestadores de serviços) que atendam a esse segmento. De acordo com Buarque (2008), o produto da atividade turística é o resultado da soma de recursos naturais, culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas, algumas das quais operando a transformação da matéria-prima em produto acabado e outras oferecendo seus bens e serviços já existentes. Assim, o conhecimento dos agentes e dos recursos de determinado espaço é fundamental para o planejamento dessa atividade. O Ministério do Turismo em seu caderno de Segmentação do Turismo conceitua essa relação integrada e coletiva de atividade turística como sendo parte de uma releitura das atividades e suas características para, desta forma, definir e conceituar o Turismo Cultural, pressuposto para orientar a formulação de políticas públicas para o segmento.

Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (BRASIL, 2010. p 15).

O Centro de GeoDados do Turismo na Região Metropolitana de Aracaju, que o Plano de Intervenção propõe, tem como princípio orientador o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) que pretende dessa forma interligar ações que consiga dinamizar as quatro regiões que hoje trabalham o turismo de forma individualizadas. Desta forma padronizar e uniformizar a organização territorial da RMA, oferecer acessibilidades as quatro cidades no contexto de conexão turística, hoje completamente inexistente, como também padronizar o sistema de mobilidade urbana, integrado ao segmento turístico, que não sobrecarregue um único município e por estar tratando de cidades com um vasto atrativos turísticos, e dessa maneira preserva o patrimônio e sustenta de forma eficiente as políticas de infraestrutura que se farão necessárias. O Centro de GeoDados do Turismo será um instrumento para o planejamento e gestão metropolitana, particularmente quando implementados em Administrações Municipais, bem como quando aplicados, com intuito de integração e manipulação de um acervo de dados inestimável às atividades do planejamento, na gestão metropolitana que, beneficiando-se da possibilidade de superposição das informações e geração de mapas temáticos, terá melhores condições para formulação da política de desenvolvimento e expansão na área do turismo, atrelado aos Programas Regionais de Desenvolvimento do

Turismo (PRODETUR) em consonância com Plano Nacional de Turismo 2018-2022 que versa sobre empregabilidade e a renda.

No que concerne o Estatuto da Metrópole no artigo 2º que cita no parágrafo II “*função pública de interesse comum: política pública ou ação nela inserida, cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes*”. Para além do estatuto e visando a gestão, estruturação e promoção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada, o Ministério do Turismo instituiu o Programa de Regionalização do Turismo (Portaria MTur nº 105/2013, alterada pela Portaria 119, de 8 de abril de 2016), propondo quatro níveis de estruturas de governança: nacional, Estadual, regional e municipal e cada nível, com exceção do regional, tendo um órgão administrativo, uma instância colegiada e um Comitê Executivo/Interlocutor estadual, regional e municipal. Essa descentralização agrega oportunidades para todos os envolvidos na economia, nas finanças e também na estruturação adequada e preservação do meio ambiente.

É importante salientar que, apesar de ser uma ferramenta fundamentalmente voltada para análise, o Centro de GeoDados do Turismo pode auxiliar na gestão de serviços, através da montagem de aplicativos específicos. Além disso, a agilização no enfrentamento das tarefas, pela rapidez na manipulação e no tratamento de dados para a tomada de decisões possibilitará um grande avanço em direção à democratização das informações para o cidadão. A escassez de toda sorte de recursos e complexidade de dados torna fundamental uma adequação sistemática quanto ao conhecimento da realidade sobre o segmento turístico e uma segura avaliação das alternativas disponíveis, visando otimizar a ação do governo.

O conteúdo do Centro de GeoDados do Turismo deverá ser dimensionado de modo a atender minimamente às necessidades básicas da Região Metropolitana relativas às atividades de planejamento e tomada de decisões no segmento turístico. Tal conteúdo, organizado a partir de um cadastro técnico nos centros culturais, nos museus, reunirá informações de interesse geral tanto para os usuários internos quanto para os usuários externos do sistema. Permitirá o cruzamento de diversas bases de dados com conteúdo distintos como marco o georreferenciamento sobre uma base cartográfica digitalizada. Assim, possibilitando a completa integração entre os agentes operacionais do sistema (os

municípios), que por sua vez detém as informações, gerando intercâmbio dos dados pelos diversos usuários (operadores do sistema), sem que haja barreiras quanto aos esforços adicionais da gestão, nesse sentido, contribuindo para o planejamento integrativo. Salienta-se ainda que o Centro de GeoDados auxiliará nas administrações dos serviços através da rapidez no tratamento de dados e no desafio de executar as atividades, estimulando, de certa forma, a democratização das informações para os munícipes da Região Metropolitana, como exemplifica Moraes:

As prefeituras tem que manter e manipular um imenso acervo de informações, via de regra organizado em bases de dados distintas, possuindo um gestor próprio e não raro constituídas com o uso de tecnologias diferentes. Entre essas bases contam-se imóveis, logradouros, atividades econômicas, serviços públicos, pessoal, orçamento, patrimônio, equipamentos urbanos e outras. (MORAES, 1996.p 165)

Nesse contexto, Moraes cita exemplos claros de como deve ser norteado as demandas da gestão pública quanto a administração de centro de informações, que de certa forma possa atender os diversos órgãos da administração municipal e por tabela a Gestão Metropolitana. O valor que a informação de base de dados possui advém da mentalidade mais consciente sobre os conceitos de planejamento e das necessidades sociais e econômicas para uma melhor compreensão da realidade da administração pública, na medida em que subsidia a implantação de políticas de gestão e desenvolvimento sustentável.

Não se consegue mensurar a grandiosidade de informações que o Centro de GeoDados é capaz de captar para as atividades de planejamento, especificamente ao planejamento turístico, onde o conceito de serviços é melhor avaliado sobre o de dados georreferenciados, dessa forma, podemos entender que o Centro é um conjunto de serviços que oferece uma série de funcionalidade úteis e interessantes para uma comunidade específica, ou grupo usuários de dados geoespaciais onde antes a ênfase era nos dados que o usuário podia acessar. Um aspecto bastante relevante é a possibilidade de superposição das informações quanto a criação de mapas cartográficos e divididos por temas onde possibilita desenvolver melhores condições de política de desenvolvimento turístico, como também para o exercício eficaz de controle do seu desenvolvimento.

Com base no diagnóstico turístico fornecido pela equipe técnica que elabora o PDUI da Região Metropolitana de Aracaju, existe a necessidade de uma gestão efetiva da

atividade, sobretudo, a participação do Poder Público, nos ajustes das seguintes dimensões: monitoramento, políticas públicas, cooperação regional, atrativos turísticos, aspectos sociais, marketing e promoção de destinos. Neste caso, o pior índice está na dimensão monitoramento, sustentando a necessidade de organizar as instâncias de governança do turismo e manter um esquema de monitoramento e controle sobre os planos, programas e projetos de desenvolvimento do turismo, ressaltando-se, nesse ponto, que a maioria dos desafios elencados para Aracaju é pertinente para a Região Metropolitana e, sobretudo, para o Estado. É nesse contexto que visualizamos um vazio na relação entre municípios e gestores metropolitanos e para equacionar e superar tais entraves a tecnologia do geoprocessamento como ferramenta de planejamento gestão caracteriza uma nova oportunidade nessa relação entre municípios e região metropolitana.

Entender o diagnóstico do estado na esfera turística é mensurar as demarcações territoriais onde o estado dispõe de, aproximadamente, 163 km de extensão de linha de costa marítima, intercortada pelos estuários dos rios Piauí/Real, Vaza-Barris, Sergipe, Japaratinga, São Francisco e Grupos de Bacias Costeiras 1 e 2. Tais estuários são revestidos pelo ecossistema manguezal, cujo conjunto apresenta potencialidades para diferentes atividades econômica, recreativas, educacionais e de pesquisa científica. O Litoral Sergipano apresenta peculiaridades que o torna diferente dos demais destinos turísticos nordestinos, como por exemplo, a ampla planície costeira arenosa com largura média de cerca de 10 km, incluindo as praias. A extremidade nordeste da planície costeira inclui a metade sul do delta do rio São Francisco que somada às áreas de influência estuarina e marinha requer um ordenamento das atividades e a seleção de ocupações compatíveis com a vulnerabilidade desse ambiente.

As praias do litoral sergipano são as grandes atrações e a água se constitui em forte atração para o lazer, com significativas implicações nas atividades associadas ao turismo e esportes náuticos. Tais atividades necessitam da preservação ou recuperação da estética da orla marítima e da balneabilidade das praias. Aliado a esses ambientes, a presença do sol, em todas as estações do ano, oportuniza aos planejadores do desenvolvimento de produtos turísticos e do marketing ferramentas para a estruturação do arranjo produtivo do turismo.

Além do cenário paisagístico natural, o conjunto arquitetônico e urbanístico, sobretudo de São Cristóvão e Aracaju, se constitui em elemento importante para a atividade turística na RMA com potencial para a criação de diferentes roteiros. Os principais atrativos dos municípios que compõem a RMA encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1. Região Metropolitana de Aracaju – Atrativos municipais

Município	Atrativos
Aracaju	Museu de Arte e História Rosa Farias; Palácio Museu Olímpio Campos; Museu da Gente Sergipana; Largo da Gente Sergipana Centro Histórico de Aracaju; Memorial Zé Peixe; Teatro Tobias Barreto; Catedral Metropolitana de Aracaju; Estação Rodoviária Governador Luiz Garcia; Estação Ferroviária de Aracaju; Centro de Turismo; Mirante do Bairro 13 de julho; Arquivo Público do Estado de Sergipe; Mercados Municipais Antônio Franco e Thales Ferraz; Ponte do Imperador; Parque da Cidade; Colina do Bairro Santo Antônio. Centro de Cultura e Arte Orla de Atalaia Praias do litoral sul; Orla Pôr do Sol no Estuário do rio Vaza Barris Forró Caju
Barra dos Coqueiros	Praias de Atalaia Nova, Jatobá e Costa; Pôr do Sol. Estuários dos rios Sergipe e Japarutuba.
Nossa Senhora do Socorro	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Igreja de Nossa Senhora do Amparo Prainhas do Porto Grande e da Piabeta Floresta Nacional do Ibura Forro Siri
São Cristóvão	Praça São Francisco; Museu Histórico de Sergipe. Museu de Arte Sacra de São Cristóvão Bica dos Pintos Cristo Redentor Festival de Arte de São Cristóvão Museu da Polícia Militar

Fonte: GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), 2013. Adaptado

Com base nesse levantamento, o Centro de GeoDados de Turismo servirá de função estratégica para a Região Metropolitana, na medida em que o correto uso das bases de dados será transformado no mais completo instrumento para o planejamento tanto da administração municipal. Este instrumento será utilizado de perfeita integração entre os municípios que compõem as RM e destas com a Gestão Metropolitana, visando integrar os objetivos e as práticas do turismo.

Para que essa ação seja realizada e elaborada adequadamente, torna-se necessário a produção estratégica em prol do desenvolvimento dinâmico. Levando em consideração a importância do planejamento, Sampaio (2008) diz: *“o processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente”*. Neste sentido, para o desenvolvimento de informações georreferenciadas no turismo da Região Metropolitana de Aracaju necessita-se de certa forma de planejamento eficaz e coerente, onde será possível medir e controlar adequadamente o crescimento do segmento como toda a rede turística interligada. Por isso a utilização de um planejamento implica também na união dos agentes essenciais à atividade como o setor público (prefeitura), o privado (detentores do setor mercadológico) e a comunidade.

Além do cenário paisagístico natural, o conjunto arquitetônico e urbanístico, sobretudo de São Cristóvão e Aracaju, se constitui em elemento importante para a atividade turística na RMA e potencial para a criação de diferentes roteiros. Os principais atrativos dos municípios que compõem a RMA encontram-se na tabela abaixo que estrutura um quadro governamental do turismo no Estado de Sergipe composta pelo Fórum Estadual de Turismo (FORTUR/SE) e pela Secretaria de Estado do Turismo.

Tabela 2. Quadro governamental do Turismo no Estado de Sergipe

INSTITUIÇÃO/ORGÃO	DELIBERAÇÕES
-------------------	--------------

Secretaria de Estado do Turismo (Setur),	Gestor da política estadual de turismo, desenvolvimento turístico e os respectivos incentivos, amplia o melhoramento de espaços turísticos, capacita de mão-de-obra para o turismo, bem como outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades. A estrutura organizacional da Setur, prevista na Lei nº 4.826, de 16 de maio de 2003, é composta por três assessorias: Planejamento, Técnica e de Informática, Departamento de Administração e Finanças e três coordenadorias: Especial de Desenvolvimento do Produto Turístico; Especial de Programas e Projetos e Especial de Marketing. A Assessoria de Planejamento, por sua vez, conta com três coordenadorias: de Planejamento e Orçamento, de Pesquisa e Estatística e de Planos, Programas e Projetos.
Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR - UCP/SE-PRODETUR,	Implanta as ações resultantes da celebração, aplica e execução de convênios, contratos e outros acordos entre o Estado de Sergipe e instituições ou entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais promovendo sua articulação com os programas, projetos e atividades desenvolvidos por outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, na realização do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR/Nacional.
Fecomércio	Propõe o desenvolvimento de uma multiplataforma, para dispositivos móveis que utilizem os sistemas iOS, Android e Windows Phone, facilitando, o acesso de informações sobre hotéis, pousadas, bares, restaurantes, ofertas de centros de compras de artesanato e outros produtos, além de horários de voos e linhas de ônibus que possibilitem a chegada dos turistas a Sergipe.

SEBRAE	Propõe a criação de uma agenda estratégica e sustentável integrada para o destino Aracaju, resultando na elaboração do plano de ações estratégicas para o turismo com apoio do trade turístico. Conta com apoio institucional do Ministério do Turismo, inclusive, apresentando mecanismos de apoio ao planejamento para o município e disponibilizando assessoria e acompanhamento de consultores
--------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

No contexto de uma atividade coletiva como é o turismo, Sergipe conta com outras entidades e instituições de ensino que se apresentam estruturadas tanto em termos de recursos (financeiros e humanos) quanto de capacidade institucional para apoiar a gestão da política estadual do turismo. Entre essas entidades encontra-se o Trade Turístico, a Câmara Empresarial de Turismo (vinculada à Fecomércio), o Sebrae, a Universidade Federal de Sergipe e o Instituto Federal de Sergipe.

Entrando na seara da gestão pública, especificamente da Gestão Metropolitana de Aracaju, nota-se que é a constituição de 1988 que dá autonomia aos municípios inclusive a gestão da Região Metropolitana que deveria ficar a cargo de Conselhos de Desenvolvimento, este de caráter normativo e deliberativo, do qual participariam praticamente as municipalidades e os órgãos estaduais atuantes na região, uma entidade autárquica com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e execução das funções públicas de interesse comum. Dessa maneira é necessário ampliar questões relativas aos padrões de desenvolvimento e cooperação entre os agentes sociais e políticos e suas possibilidades de arranjos institucionais que coordenam e padronizam as relações interna e externa dos municípios que compõe a RM de Aracaju. É na verdade mecanismos antigos de agregação e articulação de interesses, como por exemplo os consórcios intermunicipais, mas também de ligações entre redes sociais informais, hierarquias e associações de diversos tipos que consigam convergir para superação de suas demandas e a criação de laços indenitários capazes de promover o desenvolvimento socioespacial. O que se percebe nessa demanda institucional quem enfatiza os consórcios é superficial, o que sugere uma melhor perspectiva como menciona Santana (2009):

...essa estratégia de ação para o município de São Cristóvão torna-se complexa, pelo fato de que nossa experiência da gestão consorciada e ou participativa ainda se revela um tanto incipiente, para não dizer inexistente. Porém, um

caminho que se abre na perspectiva de operacionalizar estas mudanças reside na aplicação, fiscalização, monitoramento e gerenciamento do Plano Diretor do município, Lei Municipal 044/2009 sancionada em 21 de setembro de 2009, que congregue os diversos entes da sociedade civil e governamental no sentido de criar instâncias e conselhos participativos que deverão promover o desenvolvimento urbanístico, econômico e ambiental do município. (SANTANA, 2009. p 18)

O que na verdade Santana justifica baseado na perspectiva da cidade de São Cristóvão é a problemática político-institucional que está instaurada há décadas onde a autonomia municipal e administrativa devem ser incorporadas à discussão numa inversão de perspectiva, de modo que antes de ser um entrave ao planejamento metropolitano, deve ser transformado em seu fator de viabilidade. Santana (2009) ainda diz: *“a manutenção do quadro como está instaurado, com soluções de caráter gerencial e impostas pelo governo estadual, somente aprofundará ainda mais as condições entre as cidades”*.

Na Região Metropolitana de Aracaju somente a cidade de São Cristóvão possui um conselho municipal do turismo em funcionamento, aprovado através da Lei 353/2018 de 10 de setembro de 2018, através da Fundação Municipal de Turismo (FUNDACT) “João Bebe Água”. Em relação à governança regional e municipal de turismo não há registro de existência de arranjo de governança para nenhuma região. No que tange aos demais municípios da RMA constatou-se a existência da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo de Aracaju; Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Turismo em Nossa Senhora do Socorro; Secretaria Municipal do Turismo, Indústria e Comércio, no Município da Barra dos Coqueiros, entretanto, não se registra a existência de Conselho Municipal de Turismo em funcionamento em nenhum município integrante da RMA.

Dessa forma constatamos que a conjugação das alternativas apontadas, torna imprescindível a resolução das questões metropolitana no debate na congregação de um novo pacto que deve ser firmado a curto prazo, pelos membros da Grande Aracaju em consonância com o turismo regional no contexto de georreferenciamento. Essa perspectiva deve se fundir às condições institucionais e legais para a construção de um marco regulatório necessário para dotar as cidades da RMA de governabilidade e de governança no turismo mais democrático, inclusivo e que gere rendas, ou seja, dar capacidade do poder público de agir cooperativamente e de superar os obstáculos gerados pelos pólos do turismo já instituídos.

4. ESCOPO DO PROJETO

4.1. Estrutura Analítica do projeto

4.1.1. Divisão de responsabilidades

A Estrutura Analítica do Projeto (Figura 3) é uma decomposição hierárquica das divisões e suas responsabilidades que orienta a entrega do trabalho a ser executado pela equipe para atingir os objetivos do projeto e criar as entregas requisitadas.

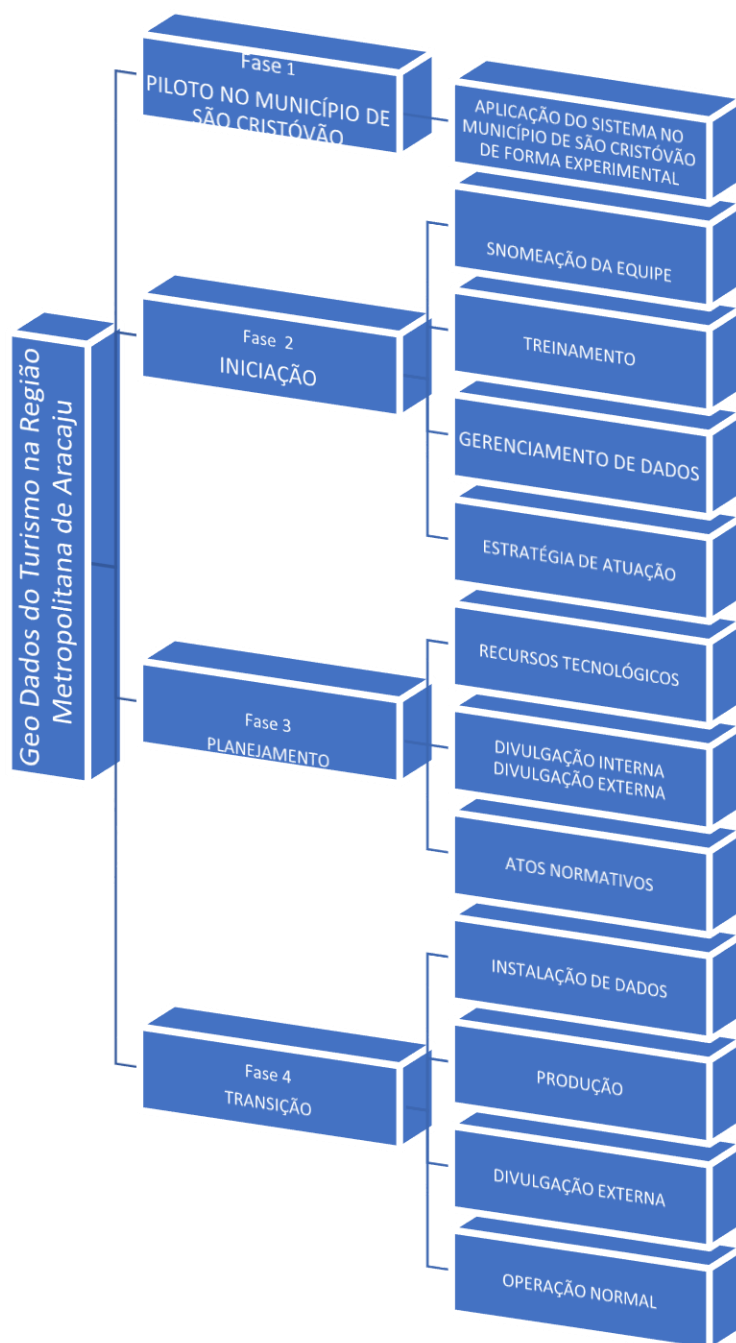


Figura 4: Estrutura Analítica do Projeto (por fases).

4.1.2. Previsão de entrega

No quadro 3 estão apresentadas as fases de execução do projeto.

Quadro 3- Fases, entregáveis e descrição dos entregáveis para o Projeto.

FASE	ENTREGA	DESCRIÇÃO DA ENTREGA
PROJETO PILOTO NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO	ESTRUTURA MICRO DE GEORREFERENCIAMENTO	Aplicação do Centro de GeoDados do Turismo através da Secretaria de Planejamento do município.
INICIAÇÃO	NOMEAÇÃO DA EQUIPE	Portaria da Câmara Metropolitana que contém a designação formal da equipe que participará do projeto. Portaria dos Municípios designando servidores para execução de coleta e tratamento dos dados.
	TREINAMENTO	Processo de treinamento e capacitação da equipe do projeto na operação do sistema.
	GERENCIAMENTO DE DADOS	Documento que define como o projeto é executado, monitorado, controlado e encerrado.
	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	Envolve as ações necessárias para definição do escopo e a estratégia de implantação, que pode por processos com expansão gradativa ou implantação completa, simultaneamente, em todo o órgão.
PLANEJAMENTO	RECURSOS TECNOLÓGICOS	Compreende o levantamento, planejamento e obtenção da Infraestrutura necessária para a implantação do Centro de GeoDados do Turismo na Região Metropolitana de Aracaju
	DIVULGAÇÃO INTERNA	Ações para promover a divulgação interna da adoção e utilização do Centro de Geo Dados.
	ATOS NORMATIVOS	Elaboração e aprovação dos atos normativos necessários para o uso do processo eletrônico. Envolve também a definição/aplicação das políticas de TI e a definição da equipe de gestão do Centro de GeoDados e suporte do sistema após a implantação na RegiãoMetropolitiana de Aracaju

TRANSIÇÃO	INSTALAÇÃO	Envolve as ações necessárias para instalação, configuração, implantação e parametrização do GeoDados nos ambientes setorizados dos municípios. Contempla ainda as entregas municipais, relacionadas à definição de regras de autorização e autenticação do sistema.
	PRODUÇÃO	Entrada em produção e lançamento oficial do Centro de GeoDados do Turismo.
	DIVULGAÇÃO EXTERNA	Ações nas plataformas virtuais para promover a divulgação externa da adoção e utilização dos dados georreferenciados.
	OPERAÇÃO NORMAL	Monitoramento e geração de indicadores após a implantação do sistema em produção.

4.2. Não escopo do projeto

Não faz parte do escopo deste projeto

- O Centro de GeoDados do Turismo na sua implantação inicial, não atuará em outras regiões;
- Não serão georreferenciados dados sem tratamento das unidades responsáveis (municípios);
- Dados que não são fidedignos com a realidade dos municípios;
- A obrigatoriedade dos municípios na atualização dos dados;
- A Câmara Metropolitana fazer o tratamento dados municipais;
- De interesse, tanto da gestão pública, como do mercado do segmento turístico como para o público em geral, o uso dos dados georreferenciados;
- A obrigatoriedade de integração dos dados municipal a um sistema central ligado ao GeoDados na Câmara Metropolitana;

4.3. Levantamento de restrições, premissas e riscos

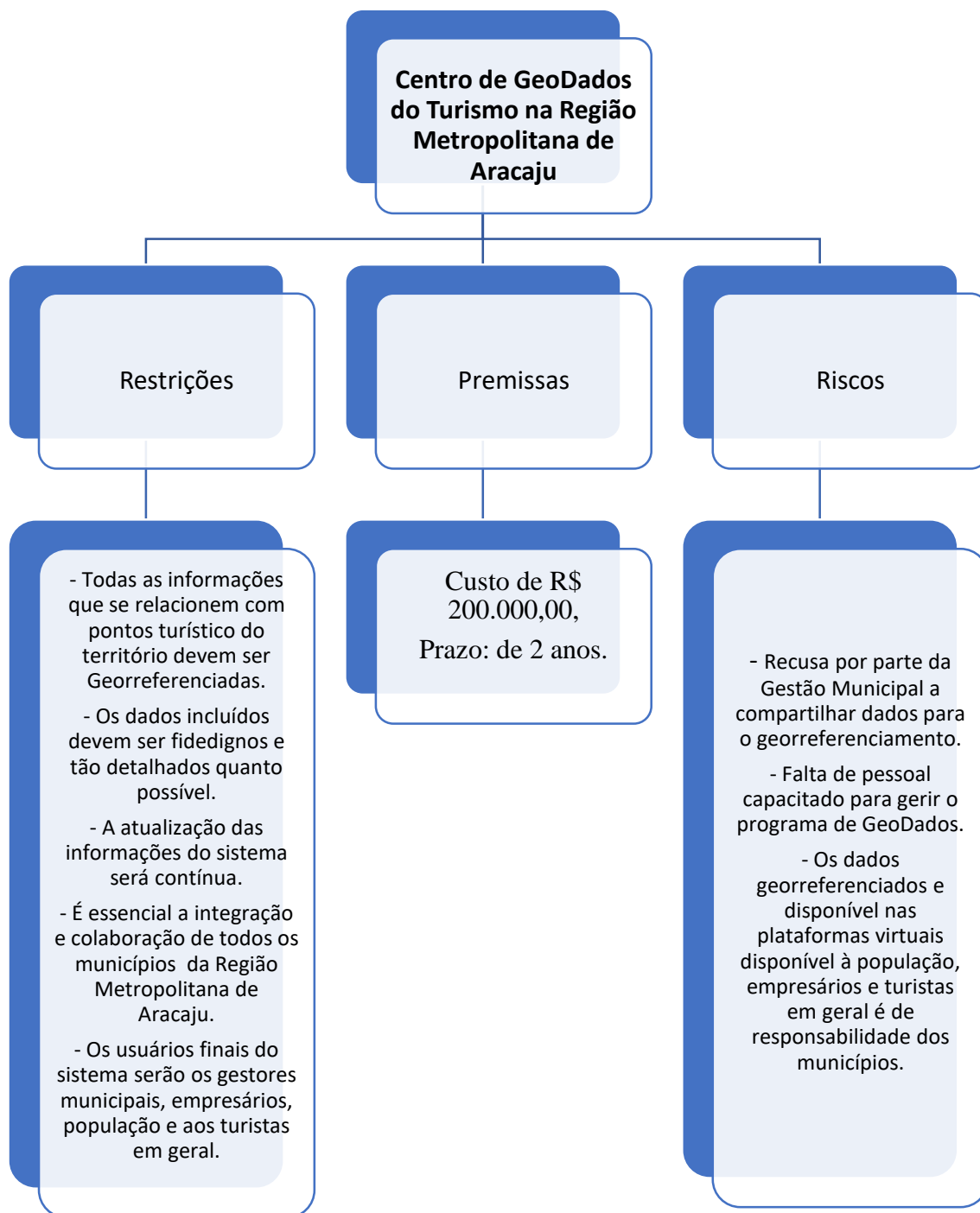


Figura 2 – Restrições, premissas e custos do Centro de GeoDados do Turismo.

4.4. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos no projeto



Figura 3 – Estrutura de gestão do Centro de GeoDados da Região Metropolitana.

5. CRONOGRAMA DO PROJETO

Quadro 4- Principais fases, atividades/entregas de cada fase e data limite para cada atividade/entrega.

FASE	ATIVIDADE/ENTREGA	DATA LIMITE
FASE TESTE	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GEODADOS NA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO	30/01/2019
INICIAÇÃO	NOMEAÇÃO DA EQUIPE	10/01/2019
	TREINAMENTO	02/02/2019
	GERENCIAMENTO DE DADOS	26/03/2018
	ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO	23/06/2018
PLANEJAMENTO	RECURSOS TECNOLÓGICOS	02/02/2019
	DIVULGAÇÃO INTERNA	15/08/2018
	ATOS NORMATIVOS	02/02/2019
TRANSIÇÃO	INSTALAÇÃO	12/04/2019
	PRODUÇÃO	15/07/2018
	DIVULGAÇÃO EXTERNA	12/06/2019
	OPERAÇÃO NORMAL	30/12/2020

Quadro 4- Cronograma do projeto

6. ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO

Definimos a qualidade do projeto através do conjunto de características inerentes às demandas interessadas. Dessa maneira, o monitoramento e a avaliação do projeto acontecem através dos requisitos e suas especificações na adequação do uso para acompanhar o seu andamento, onde entendemos o atendimento do projeto caso satisfaça às necessidades das partes interessadas, entendam que houve o preenchimento dos requisitos, concluindo no atendimento ao objetivo na qual pretendia ser alcançado.

Para criar estratégias de monitoramento e avaliação do projeto é preciso: ter prazo estipulado implantar o sistema e colocá-lo em operação; verificar se atende as diretrizes do projeto; aperfeiçoar da gestão de coleta de dados (produção, armazenamento, organização, acesso e circulação da informação) nos municípios, capacitar dos usuários iniciais que vão trabalhar com o sistema; agilizar a qualidade na instrução e tramitação de dados que serão georreferenciados; reduzir os riscos operacionais relacionados aos

processos físicos, como a perda de documentos; otimizar processos de trabalho e redução do tempo de realização das atividades devido à atuação simultânea de várias pessoas, ainda que distantes fisicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste Projeto de Intervenção é a implantação do Centro de GeoDados do Turismo na consonância de dados dos quatro municípios que compõem a Região Metropolitana de Aracaju, que possam ser georreferenciados, para auxiliar em tomadas de decisões quanto ao planejamento de políticas públicas, bem como a unificação das ações do turismo regional de forma a deixar disponível através de plataformas virtuais os atrativos turísticos, gerando com isso, maior fluxo de visitas, maior permanências e maior circulação monetária de origem turística.

O Projeto Piloto no município de São Cristóvão está tomando corpo, onde se propôs averiguar os entraves na esfera micro para posteriormente, de forma exitosa, aplicar na esfera macro da RMA.

Após Projeto Piloto, fazendo uma análise crítica da fase teste. O levantamento dos riscos do Plano de Intervenção, tem por objetivo, mitigar o entendimento de políticas públicas do turismo, buscando impactar, a economia da Região Metropolitana no auxílio de gestão de serviços turísticos, através de aplicativos, plataformas virtuais direcionadas às empresas receptoras de turismo, avançando no sentido de democratização das informações que hoje através de uma política ultrapassada são de monopólio da gestão pública.

Fomentar o turismo através de recursos de informações de dados georreferenciados tornará fluido o diálogo entre os agentes operacionais do sistema nos quatro municípios que compõe a RMA, permitindo o cruzamento das diversas bases de dados sobre uma base cartográfica digital, no auxílio das administrações municipais, como também da Gestão Metropolitana nos serviços direcionado ao aprimoramento do turismo da região.

Assim constatamos que é imprescindível aprimorar o planejamento para um produto fim, que não só ofereça as bases de um planejamento integrativo, dentro do segmento turístico nas ações das políticas públicas, fundindo condições apropriadas para construir bases sustentáveis para administração pública na geração de rendas, como também atrair investidores do ramo turístico, fomentando de certa forma o turismo

regional, qualificando as condições de uso dos produtos já instituído, e adequando outros ecologicamente não aproveitados. Esta conexão entre o poder público e os empreendedores alavanca uma relação aprofundada sobre onde e como deve estar direcionado as ações governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, MC. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ªed. São Paulo:SENAC, 2003.

BRASIL. **Marketing de Destinos Turísticos**. Ministério do Turismo. 2006.

BRASIL. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 2ª edição. Brasília, 2010.

BRASIL. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BUARQUE, Sérgio et alli. **Cadeia produtiva do turismo: cenários econômicos e estudos setoriais**. Recife: SEBRAE, 2008.

CARDOSO, Elizabeth Dezouart; ZVEBIC, Victor Zular. **Gestão Metropolitana: experiências e novas perspectivas**. IBAM, Rio de Janeiro 1996.

Centro de Estudos da Metrópole. Disponível em:
<http://web.fflch.usp.br/centrodametropole/103>. Acesso em 06 de maio de 2018.

Estatuto da Metrópole nº13.083 de 12 de janeiro de 2015. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em 28 de abril de 2018.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais**. Aracaju: Setur, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE/SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa dos Coqueirais**. Aracaju: Setur, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE/EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO. **Sistema de Informações Hoteleira de Sergipe – SIH/SE**. Aracaju, mar.2013.

_____. **Sistema de Informações Hoteleira de Sergipe – SIH/SE**. Aracaju, mar.2014.

_____. **Sistema de Informações Hoteleira de Sergipe – SIH/SE**. Aracaju, mar.2015.

IBGE, **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em 17 de abril de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo (SIMT)** Disponível em: <http://extrator.ipea.gov.br> Acesso em: 03/04/2018.

Lei Complementar nº 25 de 29 de novembro 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em 28 de abril de 2018.

MARGUITI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; FAVARÃO, César Bruno. **Brasil Metropolitana em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole.** IPEA, Brasília 2018.

Plano Nacional de Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>. Acesso em 19 de junho de 2018.

SANTANA, Marcos Antônio de Azevedo. **Duas Cidades, um só município.** Artigo. Especialização em Gestão Urbana e Planejamento Municipal. Universidade Federal de Sergipe. 2009.

SERGIPE. **Polo Costa dos Coqueiros: Revisão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.** Produto 5. Volume II – Documento Técnico. 2013.